

Pacôme Ziegler

Sócio

T +351 914 764 273

E pacome.ziegler@delalooa.com

www.delalooa.com



O Pacôme é o sócio fundador da Delalooa. Tem representado Estados e entidades privadas num amplo leque de litígios comerciais e de investimento há mais de uma década. Tem atuado ao abrigo dos regulamentos de várias instituições de arbitragem – nomeadamente os da CCI, ICSID e do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria (CAC-CCIP) – bem como em arbitragens ad hoc. Também atua enquanto árbitro.

Antes de constituir a Delalooa, o Pacôme trabalhou na Dechert (Paris) LLP e na PLMJ Advogados em Lisboa. É “avocat à la Cour” em França e advogado registado na Ordem dos Advogados de Portugal. O Pacôme tem uma pós-graduação da Panthéon-Sorbonne University (Paris I), além de um diploma da Ecole Normale Supérieure de Cachan. É *agrégé* em economia e gestão de empresas.

O Pacôme foi destacado na edição 2020 da Best Lawyers in Portugal na categoria arbitragem e mediação e tem sido reconhecido como um Future Leader in Arbitration pela revista Who’s Who Legal desde 2018.

Conforme comentado por pares e clientes, o Pacôme é “One of the best of his generation”; “He is very diligent and precise as well as having a solid knowledge of the subject”; “He is a very proactive lawyer with excellent strategy and creativity”; e “He has a deep understanding of Portuguese culture and legal framework” (Who’s Who Legal Future Leaders in Arbitration 2021).

O Pacôme é Francês nativo e fala português, inglês e espanhol fluentemente. Tem conduzido arbitragens nos quatro idiomas.

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

- Ordre des avocats de Paris (avocat à la Cour)
- Ordem dos Advogados de Portugal

LÍNGUAS

- Francês
- Português
- Inglês
- Espanhol

FORMAÇÃO

- Agrégé em economia e gestão de empresas
- Ecole Normale Supérieure de Cachan, Economia e Gestão de Empresas
- Pós-graduação (Master II) em Relações Internacionais, Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris I)
- Pós-graduação (Master I) em Direito Europeu, Universidade Rennes I
- Licenciatura em Direito, Universidade Rennes I

EXPERIÊNCIA REPRESENTATIVA ENQUANTO ADVOGADO

- Representante de uma sociedade portuguesa numa **arbitragem CCJA** emergente de uma **empreitada de construção** (sede em Abidjan; **direito senegalês**; língua francesa)
- Representante de uma sociedade portuguesa numa **arbitragem CCI** emergente de um contrato de prestação de serviço de transporte aéreo (sede em Paris; **direito francês**; língua inglesa)
- Representante de uma sociedade portuguesa numa **arbitragem LCIA** de mais de 100 milhões de euros emergente de um contrato de distribuição de um equipamento marítimo (sede em Londres; **direito português**; língua inglesa)
- Representante de uma sociedade de Hong Kong numa **arbitragem CCI** de 350 milhões de dólares US emergente de um contrato de consórcio (sede em Luanda; direito angolano)
- Representante de uma sociedade uruguaia contra um banco português numa **arbitragem CCI** de 110 milhões de euros emergente de um conjunto de contratos de financiamento (sede em Paris; **direito francês**)
- Representante da República de Moçambique contra uma sociedade indiana numa **arbitragem CCI** de 300 milhões de dólares US decorrente da resolução de uma concessão ferroviária (sede em Maputo; direito moçambicano)
- Representante da República de Moçambique contra uma construtora italiana numa **arbitragem CCI** de 100 milhões de euros emergente de um memorando de entendimento relativo à construção de uma rede de elétricos em Maputo (sede em Paris; direito moçambicano)
- Representante de uma sociedade gestora de participações contra uma empresa de telecomunicações brasileira numa **arbitragem CCI** de 3,5 mil milhões de dólares US emergente de alegadas violações de um acordo parassocial (**sede em Paris**; direito angolano)
- Representante de uma sociedade angolana numa arbitragem ad hoc de 850 milhões de dólares US relativa à rescisão de uma concessão para a construção de um porto e cidade portuária na costa angolana (sede em Luanda; direito angolano)
- Representante de uma sociedade de desenvolvimento de projetos imobiliários portuguesa contra outra sociedade portuguesa numa arbitragem CAC-CCIP emergente de um contrato de angariação de fundos (sede em Lisboa; direito português)
- Representante da República Portuguesa contra uma empresa do sector energético numa arbitragem ad hoc de 350 milhões de euros relativa a um projeto de construção de um aproveitamento hidroelétrico (sede em Lisboa; direito português)
- Representante de um operador de satélites francês contra um operador de satélites alemão numa **arbitragem CCI** de mil milhões de euros emergente de um contrato de uso de direitos de frequência e de uma posição orbital (**sede em Paris**; **direito francês** e Radio Regulations)
- Representante de uma empresa americana de bens de consumo quotidiano contra uma empresa marroquina numa arbitragem ad hoc emergente da revogação de um contrato de distribuição e licença (**sede em Paris**; **direito francês**)
- Representante de uma companhia de resseguros japonesa contra uma companhia de resseguros francesa numa arbitragem ad hoc emergente de um contrato de resseguro (**sede em Paris**; **direito francês**)
- Representante da uma persona física francesa contra um empreiteiro português numa arbitragem ad hoc emergente de alegadas violações do contrato de empreitada (sede em Lisboa; direito português)
- Representante de um grupo de sociedades francês contra a República da Guiné na arbitragem ICSID No. ARB/11/20 relativa à exploração de um terminal de contentores (direito internacional dos investimentos)
- Representante da República de Equador contra Occidental Petroleum Corporation e Occidental Exploration and Production Company na ação de anulação da sentença proferida na arbitragem ICSID No. ARB/06/11 (direito internacional dos investimentos)
- Representante de um grupo de investidores argentinos contra a República do Peru na arbitragem ICSID No. ARB/10/2 relativa à exploração de uma rede rodoviária
- Representante da República do Equador numa reconvenção por danos ambientais apresentada no processo ICSID No. ARB/08/6 (direito equatoriano)
- Representante da República do Equador contra Burlington Resources Inc. na arbitragem ICSID No. ARB/08/5 relativa à exploração de vários blocos petrolíferos (direito internacional dos investimentos)
- Representante do Estado Plurinacional de Bolívia contra Quiborax S.A., Non Metallic Minerals S.A. e Allan Fosk Kaplún no assunto ICSID No. ARB/06/2 relativo à revogação de licenças mineiras (direito internacional dos investimentos)

EXPERIÊNCIA RECENTE ENQUANTO ÁRBITRO

- Co-árbitro numa **arbitragem CCI** emergente de um contrato de **fornecimento de aerogeradores** (sede em São Paulo; direito brasileiro; língua portuguesa)
- Árbitro único numa **arbitragem CCI** entre uma sociedade brasileira e uma sociedade inglesa emergente de um contrato de engenharia e fornecimento de dirigíveis (**sede em Paris**; direito inglês/brasileiro; língua inglesa)
- Árbitro único numa arbitragem ad hoc emergente de um **contrato de empreitada** (sede em Lisboa; direito português; **língua portuguesa**)

EXPERIÊNCIA ENQUANTO SECRETARIO ADMINISTRATIVO

- Arbitragem AAA entre uma empresa inglesa e uma empresa chilena emergente de um contrato de fornecimento de uma fornalha industrial (sede em Santiago; **direito chileno; língua espanhola**)

PUBLICAÇÕES

- “The Case for the Ex-Post Valuation of Damages Under International Investment Law”. The Journal of World Investment & Trade, 2023, 24(1), 115-165, co-escrito com Cristian Gallorini
- “Dos juros vincendos sobre a obrigação de indemnização”, Revista da Ordem dos Advogados, Vol. I/II, 2021, 395-420
- ICLG's 2021 Investor-State Law Guide for Portugal
- “Arbitration and the Energy Charter Treaty: An analysis of the FET standard in cases decided against Spain”, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação Vol. XIV 2020, co-escrito com Ana Coimbra Trigo
- “O direito de regular do Estado e o padrão do tratamento justo e equitativo sob o Tratado da Carta da Energia: As lições do Reino de Espanha”, @pública Revista electrónica de Direito Público, Vol. 6 n.º 2 dezembro 2019 (co-escrito com Ana Coimbra trigo)
- International Arbitration in Portugal, Kluwer Law International (com A. Nascimento Correia; A. Pereira da Fonseca; M. França Gouveia; F. Vaz Pinto; D. Moura Vicente), 2020
- “The Jurisdiction of Arbitral Tribunals to Hear Statutory Claims”, Issue 1, ICC Dispute Resolution Bulletin, 63, 2019
- “O contrato enquanto ficção jurídica: um comentário à sentença final no processo arbitral com referência CCI n.º 21404/ASM/JPA (C-21757/ASM)”, in A. Menezes Cordeiro, Estudos Comemorativos dos 30 Anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, 825, 2019
- “La motivation de la sentence arbitrale internationale : une obligation consacrée dans son principe mais vidée de son contenu. Commentaire des arrêts nos. 16/11761,16/16588 et 16/10379, rendus le 30 janvier 2018, 10 avril 2018 et 20 novembre 2018, respectivement, par la cour d’appel de Paris”, n.º 3, Revista PLMJ Arbitragem, 15,2019
- “Etendue du contrôle du juge de l’annulation quant au grief de violation de l’ordre public international : des indices précis et concordants d’un revirement jurisprudentiel (commentaire des arrêts rendus le 21 février 2017 et 16 mai 2017 par la cour d’appel de Paris et le 13 septembre 2017 par la Cour de Cassation)”, n.º 2, Revista PLMJ Arbitragem, 9, 2018
- “Tiers à l’arbitrage et droit français de l’arbitrage : clarté et confusion du jugement du tribunal de grande instance de Paris dans S.A. Deleplanque et Compagnie c. S.A. Sesevanderhave”, n.º 1, Revista PLMJ Arbitragem, 131, 2017
- “A sentença Sapphire International Petroleum Ltd. C. National Iranian Oil Company: será mesmo uma pedra preciosa?”, in J-M. Júdice (et al.), 100 anos de arbitragem - Os casos essenciais comentados, 27, 2016